



# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI**

**Nº           , DE 2006**

**(Da Comissão de Legislação Participativa)**

**SUG nº 138/2005**

Altera os arts. 206 e 207 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 206 e 207 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 206. ....

Parágrafo único. Será prestada assistência judiciária integral e gratuita aqueles que dela necessitarem por comprovada

falta de recursos econômicos, sendo essa assistência obrigação também dos Municípios, com base no art. 30 da Constituição Federal, e prestada, judicialmente e extrajudicialmente, através de órgão próprio municipal ou mediante convênios com a OAB, com universidades e faculdades, com OSCIPs, com sindicatos e com associações civis.” (NR)

“Art. 207. ....

.....

§4.º Quando não comprovar o estado de carência financeira e não nomear advogado voluntariamente, o juiz designará defensor, devendo os seus honorários serem arcados pelo representado.” (NR)

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2006.

Deputado **GERALDO THADEU**  
Presidente